

ATA NÚMERO VINTE E DOIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, pelas 09:30 horas, reuniu em sessão ordinária o Plenário da Assembleia Municipal, no Auditório Municipal de Almeida, respeitando todas as regras impostas pela Direção Geral de Saúde, tendo em conta a situação pandémica que se enfrenta, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – Período antes da ordem do dia;

II – Ordem do dia;

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

2 – Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida (retificação) e da Malhada Sorda – alínea j), do nº. 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

3 – Proposta de Adesão à ANAM;

4 – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Almeida;

5 – Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida;

6 – Projeto de Regulamento do Cemitério de Almeida;

7 – Prestação de Contas do Ano 2020;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

A sessão teve início com verificação das presenças, tendo-se registado a ausência de Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, José Guilherme da Silva Abranches, João Luís Gonçalves de Frias Terreiro, Joaquim Manuel dos Santos Lages, António Miguel de Simões Bernardo, Joaquim Jerónimo dos Santos Veiga e Carlos Alberto Pinto Neves, por motivo justificado.

O Senhor Frederico Sepulveda Vicente de Oliveira Pina, que deveria ter substituído o Senhor José Guilherme da Silva Abranches, conforme indicações e respetiva convocatória também faltou.

O Senhor António Miguel de Simões Bernardo, fez-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia da Freineda Fábio Ivan Moreira Vaz.

O Senhor Joaquim Jerónimo Monteiro Veiga, fez-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia do Freixo – Paulo Veiga.

O Senhor Carlos Alberto Pinto Neves, fez-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia de Malhada Sorda – Jorge Matias.

O Senhor Amílcar Monteiro de Almeida, fez-se representar pelo Secretário da União de Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela, Senhor José Caramelo.

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, justificar as respetivas faltas.

Aprovação da Ata N.º 21 da Assembleia Municipal – Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata número 21 (vinte e um), realizada em 30 de abril de 2021 a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com duas abstenções.

Atas da Câmara para consulta:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal a seguir disponibilizou para consulta as atas das Reuniões do Executivo, realizadas desde a última Assembleia até à presente data.

Correspondência:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento e leu uma Moção da Assembleia Municipal de Mortágua sobre Rearborização – Revogação da Portaria número 15-A/2018, de 12 de janeiro, ficando disponível para consulta.

Assuntos não agendados na Ordem do Dia:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal Senhor Professor António Baptista Ribeiro, sob proposta da Câmara Municipal, propôs que fossem acrescentados à ordem do dia, os seguintes assuntos:

8 – Voto de Louvor e Reconhecimento a Entidades Cívicas, Públicas e Militares e Religiosas do Concelho de Almeida;

9 – Parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almeida;

Colocada a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade, pelo que, a ordem de trabalhos passou a ser a seguinte:

I – Período antes da ordem do dia;

II – Ordem do dia;

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

2 – Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida (retificação) e da Malhada Sorda – alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

3 – Proposta de Adesão à ANAM;

4 – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Almeida;

5 – Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida;

6 – Projeto de Regulamento do Cemitério de Almeida;

7 – Prestação de Contas do Ano 2020;

8 – Voto de Louvor e Reconhecimento a Entidades Cíveis, Públicas e Militares e Religiosas do Concelho de Almeida;

9 – Parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almeida;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

I – Período antes da ordem do dia;

Inscreveram-se no presente ponto os membros da Assembleia Municipal, que se indicam, apresentando as seguintes questões:

O Senhor Dr. Henrique Vilhena começou por dar os parabéns ao Senhor Professor José Manuel Gonçalves pelo artigo que escreveu e que para muitas pessoas serviu para saberem o que é que existia na Praça Alta de Almeida.

O artigo é John Beresford, o jovem Tenente do Regimento 88º, falecido em Vilar Formoso, em 1812.

Pensa que a informação foi pertinente porque se não muita gente não saberia o que lá estava, referindo que, esteve lá uma lápide e há muito tempo que, as diferentes Autarquias a têm transformado num calhau e diz isso porque quem visita o local tenta ler o que lá está escrito, mas é quase impossível. Não havendo dúvida nenhuma que é um bem necessário para uma Vila que quer ser Património Mundial.

Apelou ao Senhor Presidente para verificar a situação.

Seguidamente o Senhor Dr. Henrique referiu que, o Município de Pinhel, perdeu um bocadinho do politicamente correto porque no dia 10 de junho procedeu à inauguração de um monumento de homenagem aos Combatentes do Ultramar coisa que já há muito tempo pediu à Autarquia de Almeida, mas que se esqueceu. A História não se apaga, haja o que houver referiu.

Relativamente ao Rio Côa ao ver uma determinada coisa despertou-lhe a atenção que pode ser útil ou pode não servir para nada e sugeriu porque na Fábrica de Eletricidade não seja arranjada uma arqueologia histórica e que dê alguma vida e significado ao local, porque em algumas zonas onde existiam minas fizeram a arqueologia industrial e pode ser que ali também possa dar resultado, é uma ideia que apresentou e nada mais do que isso.

Por último referiu que, há alguns anos atrás foram mencionadas verbas e não eram assim tão pequenas para a revitalização do Quartel das Esquadras, volvidos já alguns anos e não vê nada feito e pelo contrário a degradação cada vez é maior e o milhão de euros falado na altura, qualquer dia não dá e solicitou ao Senhor Presidente que, se queremos ser Património Mundial é de toda a conveniência ter em conta também esta situação.

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso foi alertado para o mau funcionamento da banca implantada no Parque Industrial de Vilar Formoso que, para além de problemas técnicos existe a má visibilidade do écran devido à incidência do Sol.

Pelo Senhor Fábio Vaz da Junta de Freguesia de Freineda, foram colocadas as seguintes questões:

Ponto de situação em que se encontra a cedência do edifício dos Cordeiros de Ferro, na Estação da Freineda e chamar a atenção para a situação das lombas que já têm a sinalização vertical, mas colocada em cima das mesmas sem nenhum aviso que anteceda essas mesmas lombas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que passou a esclarecer as questões que lhe foram colocadas.

O Senhor Presidente da Câmara começou por pedir desculpa em relação à leitura dos documentos não agendados, informando de que era importante trazê-los a esta sessão da Assembleia.

Mais informou de que, caso venha a ser necessário pensar-se-á na realização de uma extraordinária para tratar do assunto da Eurocidade e da construção do Destacamento do Quartel da GNR de Vilar Formoso e a possibilidade de aquisição de um equipamento e consequente contratação de empréstimo ou não para o efeito.

Respondendo ao Senhor Dr. Henrique Vilhena, informou de que, não leu o artigo do Professor Gonçalves, mas que é um tema interessante e que já foi abordado num livro que foi há pouco tempo apresentado “Da Raia Seca ao Pinhal”, num tema que foi também abordado pelo Arquiteto João Campos, nomeadamente sobre a frase “Alma Até Almeida” que poderia ter a ver com a morte do sobrinho de Beresford.

O Senhor Presidente esclareceu que o trabalho está pensado fazer-se numa intervenção a levar a efeito na Praça Alta de Almeida, conhecendo-a bem, porque sempre que é feita a Recriação Histórica é local de peregrinação, concordando que o local deve ser intervencionado e melhorado, sendo um dos seus objetivos.

Em relação ao monumento dos Combatentes do Ultramar, informou que o assunto não está esquecido e na última reunião que foi feita com o Exército a fim de também ser atraído para o Museu Histórico Militar de Almeida e temática da Praça Forte de Almeida, o assunto também foi debatido, tendo sido proposto que uma das salas do Museu possa vir a ser um repositório da Guerra do Ultramar, dizendo também que existe ainda alguma renitência porque o assunto tem ainda feridas muito à flor da pele e na vivência que tiveram muitos dos Combatentes e alguns felizmente ainda estão vivos, devendo o assunto ter de ser tratado com uma certa cautela para não ferir suscetibilidades.

Neste momento está acordado com a Liga dos Combatentes fazer-se a trasladação para Novo Cemitério de algumas das campas que estão no Velho Cemitério, só que a ideia tem levado algum tempo a implementar, mas o assunto não está esquecido.

Sobre a sugestão confirmou que, tem o Côa como uma meta e não vai deixar de a ter e sobre a Fábrica de Eletricidade essa possibilidade já foi debatida de forma a poder haver uma intervenção no local, mas existem alguns problemas sobre a propriedade em si, o respetivo equipamento e terrenos envolventes que se encontram vedados com rede.

Aproveitando a sugestão do Dr. Henrique informou de que, se está a fazer um trabalho de levantamento da arqueologia existente no Concelho, com incidência maior na questão do Rio Côa e estão a descobrir-se coisas que não se sabia onde se encontravam e brevemente será feita uma apresentação da evolução que está a haver sobre o assunto.

Mais referiu que, o Rio Côa tem que estar sempre interligado a Foz Côa – Património da Humanidade em termos da Pré-História, toda a ocupação do Côa teve uma evolução ao longo do tempo e não é só a utilização da parte dos recursos naturais que está em causa, mas também a revitalização e dar-se a conhecer a importância e vivência do Côa, no entanto, a sugestão não deixa de ser muito boa para os assuntos que se estão a desenvolver.

Em relação ao Quartel das Esquadras o Senhor Presidente, informou que, os dinheiros que estavam previstos não eram assim tantos porque o custo da obra estima-se em cerca de dois milhões de euros, mas aprovados para a obra só estavam duzentos e tal mil euros. A intervenção do edifício há um ano e meio sensivelmente foi colocada no Programa “REVIVE” e se houver interesse em recuperar o espaço e dar-lhe vida em termos de hotelaria ou outra utilidade que possa ser encontrada, é uma possibilidade que está nas mãos do Governo mais precisamente na Secretaria de Estado do Turismo, tendo-lhe sido solicitado recentemente para a Câmara fazer uma avaliação dos custos para poderem prosseguir com o processo, e terá que haver um concurso público para o efeito.

Esclareceu que o projeto está concluído e preparado e é sempre possível fazer-se, obrigando a um grande esforço do Município, se não se conseguir um apoio que permita fazer uma aprovação de 85% do valor da intervenção, restando também saber, se o projeto terá viabilidade e promotores, mas gostaria muito que o concurso fosse lançado e fazer-se uma parceria com os promotores.

Sobre se queremos ser Património da Humanidade referiu que, também está inserido nesse rol, esclarecendo que tem havido muito trabalho nesse sentido, transmitindo que nestes últimos tempos houve uma afirmação maior da candidatura e uma aceitação por parte das Entidades que constituem o Grupo de Trabalho que, consideram como uma candidatura valiosa e que permite fazer uma ligação até do processo Transfronteiriço e até do Desenvolvimento do Interior, no entanto, ainda é colocada uma pressão acrescida sobre a equipa que está a desenvolver o trabalho com constante melhoria, exigindo a continuidade e alteração de alguns parâmetros para serem novamente avaliados e que, certamente dependerá muito do Governo e do Ministério dos Negócios Estrangeiros que, a candidatura seja vista como a que tem mais interesse para o Governo Português e poder ser considerada.

Estão várias possibilidades em análise e gostava que, fossem consideradas com os três promotores que ainda mantêm na luta de ela ser Nacional e só posteriormente poder ser transformada em Transnacional, para Almeida poder estar na linha da frente e

depois outros poderem vir a juntar-se para ganhar uma maior dimensão que outras estruturas iguais ou idênticas à Praça Forte de Almeida, na união que define a Fronteira de Portugal e Espanha na sua globalidade.

Referiu que, está nesse trabalho e quer Almeida Património da Humanidade.

Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, informou que, o assunto já era do seu conhecimento, tendo sido alertado o Gabinete de Informática para os devidos efeitos, tendo-lhe sido indicado que, está a entrar humidade no circuito, havendo necessidade de se fazer a alteração de uma placa que permite o funcionamento do equipamento, ou correção da placa por forma a não haver esses problemas, mas está a tentar pôr o equipamento a funcionar o mais rápido possível tendo em conta que a procura nesta época é maior.

Em relação à cedência do Edifício da Estação da Freinada, informou que, já conversou com os promotores com quem já tinha efetuado a primeira diligência de se ver a possibilidade de ser efetuado um protocolo com três partes, tendo-lhe sido transmitido que, haverá maior viabilidade de a cedência ser efetuada à Câmara e por sua vez esta fazer a cedência à Junta de Freguesia, devendo ser pensado a que se vai destinar o espaço e elaborar-se o protocolo para se colocar à consideração e aprovação das Infraestruturas de Portugal, esperando que, não haja despesas acrescidas, mas o Município está aberto à execução do processo.

Sobre as lombas também não concorda, disse que tem experiência profissional sobre este tipo de situações, devendo existir o sinal de lomba e colocação também o sinal de perigo a 150 metros como mandam as regras dentro das povoações e essa recomendação já foi dada aos serviços que estão a acompanhar os trabalhos.

Informou que, os trabalhos de execução de lombas ainda não estão todos concluídos, mas estão quase e todas já pintadas o que diminui o risco de acidente.

Sobre a questão apresentada pelo Senhor Dr. Henrique, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal complementou o esclarecimento dando também os parabéns ao Senhor Professor Gonçalves e ao Arquiteto João Campos pelos excelentes artigos que publicaram e que vieram desfazer muitos dos mitos que existiam e que eram imprecisos e que com a investigação feita foram clarificados.

Em relação ao Quartel das Esquadras acrescentou que, quando o Dr. Costa Reis era Presidente esteve em Almeida o malogrado Dr. Jorge Coelho que, sobre a reversão do edifício do Quartel das Esquadras pretendida pelo Município empregou a seguinte frase "Este Ministério é outro Estado dentro do Estado", o que demonstra das dificuldades e da teia burocrática que o impedia.

Referiu que, esteve como Presidente da Câmara durante doze anos e conseguiu que finalmente o edifício revertesse a favor do Município e que fosse elaborado o projeto para a sua reabilitação que não foi tarefa fácil, em primeiro lugar porque a Diretora do Património Arquitecta Paula Silva que já tinha aprovado o projeto foi demitida e substituída pelo Arquiteto Bernardo Alabaça que, veio pôr em causa a colocação de um elevador pois é inconcebível que não se encontre uma solução de acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida.

Depois de algumas alterações efetuadas o projeto foi aprovado.

Soube pela Comunicação Social que também o Arquiteto Bernardo Alabaça foi demitido pelo Ministra da Cultura.

Depois de muitos avanços e recuos e alterações ao projeto o Senhor Arquiteto acabou por aprová-lo, tendo sido feita uma candidatura e o milhão de euros a que o Dr. Henrique se refere diz respeito a uma candidatura denominada “Muralhas de Almeida”, destinado a várias intervenções, nomeadamente à intervenção na Zona Baixa de Almeida (obra concluída), Portas de S. Francisco (aberto concurso que ficou deserto), Portas de Santo António (aberto concurso que também ficou deserto) e o Quartel das Esquadras e isto só para dizer como o tempo passa.

Mais referiu que, todos sabem que o Quartel das Esquadras necessita de uma intervenção urgente, não é edifício único, só conhecendo mais um com as mesmas características em Olivença e que reclamamos como fazendo parte integrante do nosso território, mas que não lhe compete a ele apreciar.

Informou também que, existe outro sem a grandiosidade do Quartel das Esquadras de Almeida, em Moura.

Reforçou que a intervenção é urgente e várias vezes o disse ao Arquiteto Bernardo Alabaça assim como à Arquiteta Paula Silva, diretores na altura, que o telhado iria cair, bastando vir um nevão de alguma intensidade, mas nem isso foi preciso porque como se pode verificar já se encontra nessa situação.

Mais referiu que, a intervenção é para mais de um milhão de euros, mas o mais importante é iniciarem-se os trabalhos que depois o dinheiro irá aparecer.

Sobre a hidroelétrica do Côa o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que, a mesma pertence a privados e ainda está a ser explorada, acrescentou que teve um projeto aprovado enquanto Presidente de Câmara com valor de quatrocentos mil euros, financiado a 85% para fazer uma intervenção naquela Praia Fluvial e esperou pelo parecer do Ministério do Ambiente cinco anos e já passou mais um quadriénio. Volvidos que foram nove anos e a Câmara ainda não tem o referido parecer.

Esclareceu que, muitas vezes a boa vontade de querer resolver as coisas emperram infelizmente nas teias burocráticas do País, sendo esta a realidade com que temos que viver e conviver e não está a dizer isto para justificar o Senhor Presidente da Câmara e nem para se justificar a ele próprio enquanto foi Presidente da Câmara, mas sim para que todos saibam o quão difícil é viver com estas dificuldades. O que poderia ser uma Praia Fluvial e um lugar aprazível é aquilo que todos vemos porque há nove anos que, se está à espera de um parecer.

II – Ordem do dia;

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo, a que se refere a alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro;

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto começou por pedir desculpa pelo facto de o relatório não ter seguido na sua totalidade e só agora ter sido entregue a parte relacionada com o Departamento de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos, com a descrição dos trabalhos realizados.

Referiu que o documento mostra muito a atividade que a Câmara Municipal neste período continua a ter, tendo a parte financeira a funcionar de uma forma correta e com uma boa capacidade financeira, para solver os compromissos como tem sido habitual.

Destacou e disse que, finalmente está em fase de concurso tendo o primeiro ficado deserto e que é o das Portas de Santo António, referenciando o lançamento do Centro Recolha Oficial, tendo havido diversas reuniões com a CCDR para aprovação final do assunto, estando-se na fase final do lançamento do concurso e também com um atraso muito grande o início dos projetos do Orçamento Participativo, esperando que em breve possam estar no terreno para serem executados.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Professor Gonçalves que chamou a atenção para o valor de 65.432,33,00 €, respeitante à dívida a fornecedores e outros credores, na Situação Financeira do Município, presumindo que se trata de um lapso.

O Senhor Presidente esclareceu que efetivamente se trata de um lapso e que o valor em questão tem dois zeros a mais.

2 – Subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida (retificação) e da Malhada Sorda – alínea j), do n.º 1, do artigo 25º, do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara tendo explicado que o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida, já havia sido aprovado pela Assembleia Municipal.

Após a aprovação a Junta de Freguesia de Almeida comunicou à Câmara duas questões, uma referindo que o desconto de 500,00 € que estava previsto ser efetuado por parte do fornecedor não foi feito e a outra é que o IVA era de 6% e não de 23% conforme foram efetuados os cálculos, daí a necessidade de o assunto ser novamente apreciado e retificado.

Esclareceu que o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Malhada Sorda diz respeito à aquisição e aplicação de betuminoso na estrada que faz a ligação Malhada Sorda / Vilar Maior, quando deveria ser a Câmara a realizar os trabalhos pelo que é de toda a justiça proceder à atribuição do respetivo subsídio para pagamento das despesas efetuadas.

Pelo Senhor Miguel Pinto foi referido que, o piso continua degradado e necessita de uma intervenção profunda, acrescentando que tendo o Concelho de Almeida uma Rede Viária tão desenvolvida, comparada com os Concelhos vizinhos a Estrada Municipal da Malhada é a mais degradada de todas, solicitando informação se está prevista essa intervenção profunda, entre o cemitério e o limite do Concelho com o Sabugal.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso na sequência do referido pelo Senhor Miguel Pinto, disse que, a intervenção só foi feita até ao Cruzamento da Estrada para Porto de Ovelha.

Mais referiu que, a estrada continua em bastante mau estado, necessitando de uma intervenção mais profunda.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, se tratou de uma intervenção pontual, sendo pouca quantidade de material e apenas houve intervenção nas zonas mais complicadas. Reforçou o que o Senhor Miguel Pinto disse porque é uma realidade, a rede está muito boa, mas existem três ou quatro locais que o preocupam e necessitam de

intervenção, nomeadamente a ligação entre Porto de Ovelha e Jardo, a ligação da Malhada Sorda à saída para o limite do Concelho e o caminho de Freixo a Peva que, também apresenta alguma degradação. Está prevista em plano a intervenção Porto Ovelha / Jardo, mas em termos de conservação irão ter-se em conta todas essas situações por forma a ser minimizado esse impacto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Almeida a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

Colocado o subsídio a atribuir à Junta de Freguesia de Malhada Sorda a votação, foi também o mesmo aprovado, por unanimidade.

3 – Proposta de Adesão à ANAM;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que, o assunto já tinha sido apreciado em sessão da Assembleia, tendo sido solicitado ao Executivo para que fosse apreciado tendo sido enviada a certidão da ata da deliberação da respetiva decisão de adesão, aprovada, por unanimidade, devendo agora a Assembleia deliberar também sobre a adesão ou não à ANAM.

O Senhor Presidente informou que, em relação às questões colocadas na anterior sessão, nomeadamente sobre as pessoas não terem acesso à prestação de contas e as mesmas não serem públicas, esclareceu que só têm acesso os sócios através de um código, pelo facto de haver um período em que as contas não estão abertas a qualquer pessoa, porque estão ligadas aos relatórios técnicos que não podem ser divulgados, mas neste momento tanto a ANMP como a ANAM têm os relatórios técnicos separados e as contas já se encontram disponíveis para quem as queira consultar.

De acordo com o que foi dito na última Assembleia Municipal o Senhor Presidente informou de que, é vantajoso aderir à ANAM e que a quota de 1.000,00 € (mil euros), se justifica pelos serviços que prestam, mas se por qualquer motivo se achar que a adesão não tem interesse podemos em qualquer momento deixar de ser sócios.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de adesão à ANAM a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

4 – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Almeida;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Almeida disse que pôde participar na elaboração do mesmo no qual já se estava a trabalhar há algum tempo, tendo sido aprovado já na reunião da Câmara Municipal, sendo urgente a respetiva aprovação por parte da Assembleia, tendo em conta que as últimas reuniões da Comissão Municipal de Defesa e da Floresta, onde estão em causa muitas vezes a aprovação de equipamentos relacionados com a agricultura em que as Entidades põem em causa a sua viabilidade em face da não existência do Plano, tornando-se muito difícil a sua aprovação. Com a aprovação do documento em apreço permite uma melhor aprovação dos mesmos, em relação aos distanciamentos e outras condicionantes que existam a construções já existentes e outras

que venham a surgir, dentro das regras do presente Plano e todas as Entidades poderão aprovar os projetos com mais e maior assertividade e facilidade.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, os Planos são muito extensos e se houver algum esclarecimento a fazer a Técnica Superior Engenheira Lénia Fortunato que também está presente, poderá prestar os esclarecimentos que acharem pertinentes.

O Senhor Dr. Henrique Vilhena disse que seria importante juntar ao documento uma adenda explicativa sobre o que significam as siglas, porque senão não se entende o documento.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, no início do Plano está o significado das siglas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, tendo-se registado duas abstenções.

5 – Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual esclareceu que, a presente alteração foi efetuada no sentido de padronizar a utilização na Toponímia e Numeração da Vila de A'meida, ficando assim definida a introdução do latão em mate ou escovado e respetivas dimensões, estando o Projeto de Regulamento em condições de ser aprovado.

Colocado o Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida, a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.

6 – Projeto de Regulamento do Cemitério de Almeida;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual informou que, o processo do Projeto de Regulamento do Cemitério de Almeida é muito semelhante no sentido de padronizar procedimentos que estão inseridos dentro da temática dos cemitérios e o que levou à criação do Regulamento foram duas questões nomeadamente a abertura das campas em que havia dificuldade em dar resposta sendo que na maior parte das Freguesias a abertura das sepulturas é da responsabilidade das Agências Funerárias.

Assim sendo a gestão do cemitério é da Câmara Municipal e a responsabilidade pela abertura das sepulturas passa a ser da respetiva Agência Funerária organizadora do funeral, aproveitando-se também para simplificar o licenciamento de colocação de campas e construção de jazigos.

Mais referiu que, o Regulamento é muito abrangente em relação a esta temática, sendo que algumas delas ainda não estão disponíveis, nomeadamente a cremação, mas o regulamento fica já com capacidade para no futuro responder a todas as questões relacionadas com a temática.

Pelo Senhor Dr. Henrique Vilhena foi perguntado se a trasladação das ossadas do Velho para o Novo Cemitério estaria para breve.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, a questão é mais burocrática do que de vontade.

O Senhor Presidente da Assembleia acrescentou que o processo ficou concluído, com a afixação/publicação dos editais e com todos os trâmites legais cumpridos para que a trasladação pudesse avançar em qualquer momento.

O Senhor Vice-Presidente referiu que, se houver condições técnicas para ultimar o que já foi feito e que internamente todos têm conhecimento, da sua parte está disponível para se iniciar novamente o desenvolvimento do processo.

Pela Presidente da União de Freguesias de Leomil, Mido Senouras e Aldeia Nova foi chamada a atenção para o facto de em Aldeia Nova apenas existir uma sepultura disponível, e no caso de falecer mais do que uma pessoa vai ser um problema. Há anos que alertou a Câmara para resolução do problema e até à data o mesmo subsiste.

O Senhor Presidente informou de que, o local já foi visitado e há uma solução para ser resolvido parte do problema, porque o espaço não permite um alargamento muito grande e terá que ser analisada uma outra solução. Informou que, existe o mesmo problema nas Senouras e terão que, se acelerar esses projetos para poder ser dada uma resposta em breve.

O Senhor Presidente referiu ainda que, ultrapassadas as questões burocráticas todos as questões são resolvidas e este Regulamento está capacitado também para esse efeito.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Projeto de Regulamento do Cemitério Municipal de Almeida a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

7 – Prestação de Contas do Ano 2020;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara leu o parecer, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, emitido ao abrigo da alínea r), do artigo 77º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, no qual é referido que os documentos de Prestação de Contas do Município de Almeida, referentes ao Exercício de 2020, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis ao setor nos termos referidos na certificação legal de contas.

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito que, só foi possível fazer este trabalho com empenho também da Divisão Financeira, mas também uma colaboração muito estreita que houve com a Firma Cascais Pega Magro, Lda., tendo ajudado a concluir a tempo os documentos para poderem ser apresentadas as contas com a alteração que houve no sistema de contabilidade e que dificultou o que já estava padronizado, mas que houve necessidade de implementar sendo a Câmara Municipal de Almeida dos poucos Municípios a apresentar as Contas já com o novo sistema de contabilidade.

Mais referiu que, as contas são claras e mostram a atividade toda da Câmara Municipal, desenvolvida em plena pandemia e obrigou a ter uma despesa acrescida para lhe fazer face e ao mesmo tempo reduzir noutras que não foram efetuadas equilibrando-se umas às outras. Houve também diminuição de receitas, nomeadamente em pagamentos que a Câmara isentou, por forma a ajudar e manter o funcionamento da atividade comercial, industrial e das famílias com maior dificuldade no Concelho de Almeida e mais concretamente na cobrança de água.

Esclareceu que, a nova contabilidade obrigou a que algumas das rubricas e algumas das receitas não fossem contabilizadas da mesma forma o que originou um caminho que se estava a fazer e serem vistos sempre resultados positivos, o que não quer dizer que a Câmara a ter resultados positivos que fosse um benefício tê-los como positivos, porque muitas das Câmaras Municipais têm resultados negativos, mas a Câmara de Almeida fruto dessas alterações, porque a padronização continua da mesma forma, mas resulta que temos um resultado negativo de 45.326,00 €, fruto da referida alteração, mostrando a evolução da execução orçamental da receita está dentro da normalidade que se tem vindo a fazer, tendo a execução da despesa até um decréscimo em relação a 2019 e que se fixou em 54.7%, provocado pela dificuldade de fazer execução, problema com que a Câmara, se tem vindo a deparar e só com a melhoria de recursos e quadros de pessoal da Câmara Municipal, se irá ter capacidade para se poder dar uma resposta diferente daquela que, se tem dado e que em muito ajuda a esta questão. A própria execução da intervenção da Revitalização da Rua do Comércio em Vilar Formoso que é uma obra de 1.070.000,00 €, que teve uma execução durante o ano de 2020 de cerca de 200.000,00 €, ou seja, toda a parte da execução que estava prevista transitou para 2021, estando agora em plena execução aproximando-se ao que está previsto, mas que em 2020 provocou uma diminuição da execução da despesa.

Informou que, a Câmara, continua a ter índices financeiros muito favoráveis adicionando que, da consulta que foi feita do relatório da atividade dos Municípios, o de Almeida continua nos 100 melhores em termos de pontuação de eficiência financeira e estamos em 19º e continua no mesmo trajeto que foi deixada a Câmara, existindo capacidade de execução em termos financeiros, sendo necessário melhorar esta capacidade em termos físicos, sendo esta a questão que mais o preocupa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Frias referindo que, não conseguiu abrir o CD, não excluindo que seja um problema do seu equipamento, mas tinha todo o interesse em conhecer o novo sistema de contabilidade e caso não consiga noutro computador irá pedir aos Serviços para que lhe seja facultada essa possibilidade.

Mais referiu que, uma vez que, não teve acesso ao documento não se irá pronunciar sobre o mesmo assim como anteriormente o fez em relação ao Plano, porque se vem votar aquele documento, mas não o conhece nem é dada uma justificação não se pode pronunciar sobre o mesmo, no entanto, aproveitou para perguntar quando é que o mesmo irá ser disponibilizado no sítio da Câmara Municipal, porque aí já todos vão ter acesso, tendo em conta que é um documento de interesse assim como muitos outros que são de consulta.

Disse também que pessoalmente não aceita e o Senhor Presidente já se contradisse em que só conseguiria aumentar a execução da despesa com a introdução de novos quadros técnicos para aumentar a capacidade o que não entende porque durante o mandato tem tido o Quadro de Pessoal devidamente aprovado pela Assembleia Municipal, respeita mas não está de acordo, porque durante três anos teve tempo suficiente e se sabia que havia esse falta deveria abrir os respetivos concursos e só agora é que estão a decorrer, mas não vai entrar em pormenores porque o Senhor Presidente é que sabe das verdadeiras necessidades da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente ao Plano esteve em discussão pública e encontra-se no site da Câmara Municipal e pode ser consultado em qualquer momento. Já os documentos que são enviados através de CD, houve uma ocasião em que foi falado nesta Assembleia de poderem ser remetidos de outra forma,

nomeadamente, por e-mail, WE transfer, ou outros mecanismos, mas que ainda não houve essa evolução.

Dada a palavra à Técnica Superior Engenheira Lénia, esta acrescentou que, o Plano já foi objeto de consulta pública durante o mês de abril, tendo sido disponibilizados os editais e foi colocado no site do Município e onde ainda se mantém, tendo sido cumpridos todos os trâmites inclusive a publicação no Diário da República para consulta pública, aprovação do ICNF e esta é a formalidade da Assembleia Municipal.

O Senhor António Frias referiu que, ele é eleito vota documentos que dizem respeito ao Concelho e deveria ter o documento físico em seu poder ou em meio eletrónico.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para dizer que, se está a apreciar a Prestação de Contas de 2020 e não o Plano Municipal de Defesa da Floresta, perguntando se havia mais alguém que, se quisesse pronunciar sobre as Contas.

Não havendo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Prestação de Contas de 2020 a votação, tendo as mesmas sido aprovadas, por maioria, registando-se uma abstenção.

8 – Voto de Louvor e Reconhecimento a Entidades Civas, Públicas e Militares e Religiosas do Concelho de Almeida;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o assunto disse que, submeteu a possibilidade da Assembleia se juntar à proposta que foi lida no início da sessão e passa a fazer parte integrante desta ata em anexo, sobre o voto de louvor e reconhecimento aprovado por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal e dizer que este é o momento de o poder fazer nas Comemorações do Feriado Municipal, tendo sido sempre debatida a possibilidade de ser reconhecida a intervenção das várias Entidades que combateram a Pandemia gostando que, fosse num momento em que estivesse mais debelada, mas é a oportunidade de se reconhecer o que já foi feito e de alguma forma manter a energia para o que ainda vai ser necessário fazer uma vez que, as notícias não são tão boas como todos desejaríamos, no entanto, deixa à consideração da Assembleia de se juntar à Câmara neste Voto de Louvor e Reconhecimento às Entidades que constam da proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que já antes, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira, propôs no sentido de ser proposto esse mesmo voto de louvor a todas as Entidades citadas e como o Senhor Vereador Nuno Silva referiu também a Câmara deveria estar incluída, compreendendo o Senhor Presidente da Assembleia que o Senhor Presidente da Câmara não se iria auto propor.

Informou que não conhecendo o teor do Voto de Louvor hoje apresentado entende que a Assembleia Municipal, que é um Órgão distinto do Executivo deve também propor um Voto de Louvor que redigiu e passou a ler dizendo que está naturalmente aberto a que possa ser acrescentado o que seja proposta pelos Senhores Deputados Municipais.

Este documento fica também a fazer parte integrante desta ata em anexo.

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo texto que escreveu, dar

graças por ser ele o Presidente e para além disso em destacar sempre toda a individualidade de cada membro da Assembleia, levando-nos sempre a este trabalho e agradecer-lhe o que tem feito e dizer também que no texto está bem identificado com o que fez e gostaria que no início onde se lê "... como o da saúde e da economia ..." fosse acrescentado, "... como o da saúde, social e da economia ...".

Pelo Senhor Fábio Vaz representante da Junta de Freguesia de Freineda foi dito que, neste ponto não poderia deixar de dizer umas palavras de agradecimento à Câmara Municipal de Almeida e também à Assembleia Municipal e a todas as Entidades que estão previstas no Voto de Louvor, achando que foi um trabalho que todos conseguiram desempenhar muito bem e a própria resiliência de toda a população do Concelho de Almeida foi fantástica e daí, se conseguir ultrapassar tudo isto e continuar a lutar para ultrapassar a pandemia da melhor maneira, com o mínimo de prejuízos possíveis a nível social e económico.

Pelo Senhor Frias foi dito que, concorda plenamente com o Voto de Louvor apresentado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Sobre a proposta da Câmara e em relação ao Voto de Louvor de Reconhecimento Entidades mencionadas, subentende-se que vai haver algum tipo de manifestação no Feriado Municipal do dia 02 de julho. Disse que faz parte da vida reconhecer o trabalho das pessoas e a totalidade destas Entidades teria feito o mesmo trabalho noutras condições achando que, efetivamente deve ser reconhecido. As Instituições são formadas por pessoas e houve um grande número uns de uma forma e outros de outra todos fizeram um grande esforço físico e mental para conseguir ultrapassar esta situação e como muito bem foi dito ainda não está ultrapassada, por isso e em certo tipo de manifestações procura que sejam evitadas, ou ser feitas como é óbvio nas devidas condições de segurança. Neste momento e com as dificuldades que estão a surgir recentemente ainda não está muito crente apesar de já grande parte de nós estar vacinados, mas ainda tem muito temor em relação aos meses que aí vêm.

O Senhor Presidente da Câmara compreendeu o que o Senhor Frias transmitiu e não poderia deixar de dizer que, se trata de uma cerimónia muito singela e contida do Feriado Municipal, mas dentro das regras a exemplo de como foi feito para o Cerco de Almeida, estando presentes todos aqueles que vão ser louvados.

Em relação à proposta do Senhor Presidente da Assembleia em incluir o Município nos louvados, referiu que, já na reunião da Câmara se sentiu agradado e ser a Assembleia a fazê-lo também teve a mesma sensação, uma vez que é um Órgão diferente, deixando ao seu critério essa possibilidade.

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito que, não vê nenhum inconveniente em que sejam votados os dois Votos de Louvor.

Colocados então os Votos de Louvor a votação, foram os mesmos aprovados, por unanimidade.

9 – Parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almeida;

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto disse que, no seguimento da aprovação do

Plano Municipal da Defesa da Floresta, surgiu o Parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almeida que, permitiu iniciar a consulta pública, propondo, também à Assembleia que, o mesmo seja aprovado.

Relativamente ao documento o Senhor Professor Gonçalves disse que, novamente resulta um problema porque não têm o texto e com a oportunidade de terem enviado o CD também poderiam ter enviado os Planos dado a capacidade do CD, para além do conjunto vasto de recomendações que do seu ponto de vista o documento deve ser corrigido no sentido de ser adaptado às mesmas.

Pensa também, que a Autoridade que faz as recomendações solicita que lhe façam chegar a versão final aprovada pela Assembleia Municipal, dizendo que votará a favor se a versão final estiver de acordo com o que é solicitado, caso contrário pensa que não se estará a trabalhar bem esta matéria. A Autoridade Nacional emitiu parecer favorável, contudo a análise técnica remete para um conjunto significativo de alterações que deverão ser tidos em conta pela Assembleia Municipal.

Pelo Senhor António Frias foi dito que, não vai repetir o que o Senhor Professor Gonçalves acabou de dizer porque a sua intervenção ia nesse mesmo sentido.

Estão perante a votação de um documento em que não está presente não foi facultado e há correções que devem ser feitas ao Plano e são bastantes extensas como houve oportunidade de ouvir na magnífica leitura que o Senhor Presidente da Assembleia fez e consulta que ao longo da reunião foi fazendo, além de a própria Autoridade pede para ser remetido o documento final aprovado na Assembleia Municipal.

Mais referiu que, com toda a boa vontade que tenhamos ele mais uma vez não se vai pronunciar sobre um documento que desconhece completamente e que como eleito da Assembleia Municipal o deveria ter em mão.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, se trata de um volume muito grande e imagina que não o fosse ler na sua totalidade, no entanto, compreende a posição do Senhor Professor Gonçalves, mas não lhe passa pela cabeça que não sejam feitas essas alterações e correções no documento final, agora só existe uma forma de sanar o problema que é a de fazer chegar a todos a forma de acesso ao documento na sua generalidade para poderem constatar essa questão, a ata também poderá ser aprovada na Assembleia Municipal seguinte e só seria aprovada se essa questão fosse respeitada.

Mais referiu que, é importante aprovar o Plano senão são postos em causa todos os projetos que estão em análise para aprovação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que compreende perfeitamente as posições do Senhor Professor Gonçalves e do Senhor Frias e mesmo ele tem as suas reservas sobre o assunto, no entanto, e para suprir constrangimentos a nível de aprovação de projetos e face ao que a Autoridade Nacional relata é evidente que há muitas correções a fazer, mas conforta-o a posição de quem apreciou o Plano de dizer que está em condições de ser aprovado daí que, votará favoravelmente, no entanto, chamou a atenção da Câmara para que, no futuro se faça um esforço para que os documentos sejam entregues com maior antecedência, tendo em conta o grau de responsabilidade.

O Senhor Presidente da Freguesia de Castelo Bom informou que, no dia 01 de julho irão reunir para aprovação de treze projetos do Concelho, perguntando se com a

aprovação deste documento será que as Entidades que fazem parte da Comissão irão mudar a posição que têm tido até agora, uma vez que votaram sempre contra, e só a Câmara e os Presidentes de Junta é que votam favoravelmente.

O Senhor António Frias disse que, as Entidades se baseiam na legalidade e cada um toma a decisão que deve tomar.

Referiu que, lhe surgiu uma dúvida que não conseguiu ver a data do parecer da Autoridade Nacional.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Técnica Superior Engenheira Lénia Fortunado tendo esta esclarecido que, o documento deu entrada nos Serviços há oito dias e estão a ser ultimadas as alterações/correções e tem a data de 09 junho.

O Senhor Professor Gonçalves perguntou, se o que se irá votar é a versão do documento na convicção que ele vai ser corrigido de acordo com as recomendações e não obviamente o documento que foi enviado, pese embora o trabalho não esteja acabado, mas o que está a ser proposto é que essa versão é que vai ser votada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Almeida a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por maioria, registando-se seis abstenções.

Colocados os pontos 2,3,4,5,6,7, 8 e 9 a votação em minuta, foram os mesmos aprovados, por unanimidade.

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 20º, do Regimento da Assembleia Municipal.

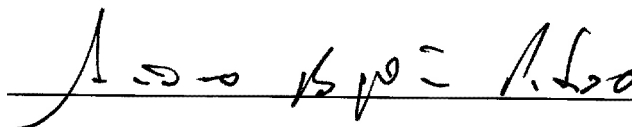
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém para intervir neste ponto, o que não se verificou.

APROVAÇÃO EM MINUTA:

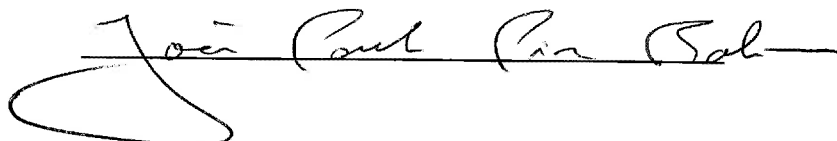
Foi ainda deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta, nos termos do número 3, do artigo 57º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, quando eram 13:00 horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão que, juntamente com o 2º. Secretário subscrevem.

O Presidente da Assembleia Municipal,



O 2º. Secretário,





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA

6350-130 ALMEIDA • TELEFONE 271 570 020 • FAX 271 570 021

Voto de Louvor e Reconhecimento a Entidades Cívicas, Públicas, Militares e Religiosas

Com o surgimento do vírus e doença designada por Covid-19, deparamo-nos no ano 2020 e no ano 2021 até à presente data, com uma situação que para além de inesperada transformou as nossas vidas muitas vezes em autênticos pesadelos, que atingiram fortemente setores como o da saúde, social e da economia que geraram forte despesa pública, desemprego e uma enorme instabilidade.

Estamos perante uma pandemia que atingiu o Planeta na sua globalidade, com um forte impacto na Europa, a que Portugal e naturalmente o Concelho de Almeida não escaparam.

Apesar de todos sermos confrontados com o desconhecido e apanhados de surpresa houve uma mobilização geral e um forte empenhamento da Sociedade Civil, das Forças de Segurança e da comunidade no seu todo que contribuíram de forma decisiva e competente para que o impacto na vida das pessoas não fosse tão impiedoso e brutal.

Esta Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 28 de junho de 2021, quer em primeiro lugar manifestar o seu reconhecimento à comunidade científica que em tempo record conseguiu encontrar uma vacina eficaz no combate à doença e propor também um Voto de Louvor e Reconhecimento a todos os que no nosso Concelho de Almeida contribuíram para que os impactos causados pela terrível doença fossem combatidos ou minimizados, nomeadamente as Autoridades de Saúde (médicos, Enfermeiros, Administrativos e Auxiliares).

Destacar a forma exemplar como decorreram os trabalhos de vacinação. Fomos ou somos o Concelho da ULS da Guarda que mais pessoas vacinou.

- A Câmara Municipal de Almeida que não regateou esforços para que face às inesperadas dificuldades entretanto criadas soube de forma adequada e atempada dar resposta a várias solicitações colaborando com as entidades de Saúde, com as IPSS, dando incentivos à economia local mais fragilizada;

- Às Juntas e Uniões de Freguesias pela pronta colaboração;

- Às Forças de Segurança – GNR;

- Aos Bombeiros Voluntários de Almeida e Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Vilar Formoso;

- Ao Agrupamento de Escolas pela mobilização do Pessoal Docente e não Docente no ensino à distância e no apoio aos alunos. Também aqui o Município de Almeida merece destaque com um papel determinante na compra ou empréstimo de computadores;

- Às Entidades Religiosas que tantas dificuldades encontraram nas celebrações religiosas e no constrangimento à realização de funerais;

- Às IPSS do Concelho que tantas dificuldades sentiram e onde o surto da doença mais se fez sentir;

- Às Farmácias;

- À Bolsa de Voluntários que com a sua vontade e abnegação estiveram presentes.

A TODOS O NOSSO RECONHECIMENTO E O NOSSO MUITO BEM HAJAM

Voto de Louvor e Reconhecimento

A Câmara Municipal de Almeida, sob proposta do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng. António José Monteiro Machado, decidiu aprovar por unanimidade, em reunião extraordinária de 23 de junho de 2021, um ***Voto de Louvor e Reconhecimento*** às demais Entidades Cíveis, Públicas, Militares e Religiosas do Concelho de Almeida, que deram o melhor de si e, por essa razão se notabilizaram e enobreceram as suas instituições nos domínios dos serviços prestados através do extremo zelo e dedicação dos seus respetivos profissionais, durante este período de combate à pandemia Covid-19.

“...a alegria de fazer o bem é a única felicidade verdadeira”
Leon Tolstoi.

O que de *per si*, mas por muitas outras ordens de razão, justifica, em nosso entender, a atribuição dos seguintes Votos de Louvor e Reconhecimento a quem deixa um trabalho e dedicação nestes tempos de incerteza, com os quais fomos confrontados e que, em função disso mesmo, serão sempre uma referência de trabalho, resiliência e dedicação para toda a nossa comunidade, quer, pelo espírito de missão demonstrado no seu trabalho, quer, pela evidência das suas qualidades morais e pessoais destes homens e mulheres que, com determinação, empenho e espírito de sacrifício pessoal e familiar, trabalharam sem tréguas, por vezes, para além dos seus próprios limites físicos e psicológicos para garantir o conforto, bem-estar e saúde da nossa população, especialmente, os mais vulneráveis.

Propõe-se atribuir este ***Voto de Louvor e Reconhecimento*** às seguintes instituições:

- Agrupamento de Escolas de Almeida
- A. H. dos Bombeiros Voluntários de Almeida
- Centro de Saúde de Almeida
- Delegação da Cruz Vermelha de Vilar Formoso
- Entidades Religiosas
- Guarda Nacional Republicana
- Voluntários – Bolsa de Voluntariado

- Junta de Freguesia de Almeida
- Junta de Freguesia de Castelo Bom
- Junta de Freguesia de Freineda
- Junta de Freguesia de Freixo
- Junta de Freguesia de Malhada Sorda
- Junta de Freguesia de Nave de Haver
- Junta de Freguesia de S. Pedro de Rio Seco
- Junta de Freguesia de Vale da Mula
- Junta de Freguesia de Vilar Formoso
- União Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira
- União Freguesias de Azinhal, Peva e Valverde
- União Freguesias de Castelo Mendo, Ade, Monteperobolso e Mesquitela
- União Freguesias de Junça e Naves
- União Freguesias de Leomil, Mido, Senouras e Aldeia Nova
- União Freguesias de Malpartida e Vale de Coelha
- União Freguesias de Miuzela e Porto de Ovelha

- Centro de Acolhimento e Integração Social de Vilar Formoso
- Santa Casa da Misericórdia de Almeida
- Centro Social, Cultural e Desportivo Miuzelense
- ASTA – Associação Sócio Teraçêutica de Almeida
- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Ade
- Associação Social, Cultural, Desportiva e Recreativa de Amoreira
- Associação dos Amigos de Peva
- Comissão de Melhoramentos da Freineda
- Associação Desportiva e Social de Leomil
- Associação para o Desenvolvimento de Ação Social de Malpartida
- Associação Social Cultural e Recreativa de Monteperobolso
- Associação Recreativa, Cultural e Social Valdamulense
- Centro Social de Rio Seco
- Centro de Cultura e Bem Estar de Naves
- Centro Social, Paroquial St^o António de Nave de Haver
- Associação Desportiva, Cultural e Social de Aldeia de S. Sebastião
- Centro de Bem Estar Social da Malhada Sorda